



[Handwritten signature]

[Handwritten notes: y- Favor - 206 Abst. - 5]

ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012

DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e doze, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Melgaço, pelas dezoito horas e vinte e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia Intermunicipal.-----

---O senhor Presidente da Assembleia informou que a Vice-Presidente, Conceição Soares, comunicou a sua impossibilidade de estar presente, pelo que, passou o senhor Secretário às funções de Vice-Presidente e para desempenhar o papel de Secretário, o senhor Presidente sugeriu que a substituição fosse feita pela Membro Carla Sofia de Abreu.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos. ---

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 3.ª Reunião Ordinária de 2011 da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29º do Regimento); -----

2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2011; -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia verificou as seguintes substituições: a membro Maria da Conceição Aragão Soares (PS Monção) fez-se substituir por António Simões; o membro Paulo Alexandre Baptista Teixeira de Moraes (PSD Ponte de Lima) fez-se substituir por Jorge Filipe Martins Lima; a membro Rosa Maria Pereira Araújo Arezes (PSD Ponte da Barca) fez-se substituir por Maria Augusta Gabriel Reis Lima Fernandes; o membro Vasco Duarte Eiriz de Sousa (PSD Monção) fez-se substituir por António Fernando Vaz; o membro Abel Lima Baptista (CDS-PP Ponte de Lima) fez-se substituir por Hélio Lucas Araújo; a membro Maria João Martins Vassalo Abreu (PS de Ponte da Barca) fez-se substituir por António José Sousa Rocha; o membro Martinho Martins Cerqueira (CDU Viana do Castelo) fez-se substituir por Luís Filipe



Oliveira Louro. -----

--- Verificou-se a não comparência dos membros: Rui Henrique Ribeiro Rodrigues Alves (PS Arcos de Valdevez); Irene Fátima de Sá Pacheco (PSD Caminha); José Augusto de Brito Pacheco (PS Paredes de Coura); José Alfredo Pereira Bastos de Oliveira (PSD Ponte da Barca); José Carlos Coelho Resende da Silva (PS Viana do Castelo); Luís Manuel de Miranda Palma (PS Viana do Castelo) e Silvério José Alves de Carvalho (PS Vila Nova de Cerveira), que justificaram as suas faltas.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia, informou que, na reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho de 20 de Maio de 2011, foi comunicado pelo Membro Abel Lima Baptista a sua substituição por Luísa Maria Gomes Teixeira Jorge e que nessa mesma reunião, Luísa Maria Gomes Teixeira Jorge esteve presente e assinou a folha de presenças em substituição do membro Abel Lima Baptista, tendo sido constatado, à posteriori, pelos serviços administrativos a legitimidade da pessoa indicada, verificando-se que a mesma não faz parte da lista de suplentes dos membros eleitos pela Assembleia Municipal de Ponte de Lima para a Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. Assim, o senhor Presidente da Assembleia propôs a retificação da ata da referida reunião, considerando que Maria Luísa Gomes Teixeira Jorge não participou naquela reunião em substituição, mas sim na qualidade de convidada, razão pela qual não lhe é devido o pagamento de qualquer honorário, pois tal compensação só é legalmente atribuída aos membros deste órgão deliberativo. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1. Apreciação e votação da Ata da 3.ª Reunião Ordinária de 2011 da Assembleia Intermunicipal.

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Não havendo inscrições o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação tendo sido a ata aprovada com 33 votos a favor, 0 contra e 4 abstenções. -----

1.2. Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveram-se os membros Fernando Lima, Ana Novo, Carlos Sousa, Francisco Lima, Roleira Marinho e Luís Louro. -----

Fernando Lima (PS) – Após cumprimentar todo o plenário, passou à leitura do documento apresentado com uma alusão ao 38º aniversário da Revolução dos Cravos, 25 de Abril. Por fim questiona o Presidente da CIM sobre a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) em relação à Lei dos Compromissos (Doc.1/2012). -----



Ana Novo (PS) – Após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura do documento apresentado sobre a aplicação de portagens nas SCUT's solicitando a transmissão ao Governo, da indignação e descontentamento do Grupo Parlamentar do PS, pelas repercussões negativas na economia local, para os utentes e desenvolvimento da região. (Doc.2/2012).-----

Carlos Sousa (PS) – Após cumprimentar todos os presentes, passou à leitura do documento apresentado sobre a "Reorganização da Estrutura Judiciária" solicitando a apresentação desta moção ao Governo e a outras entidades descritas no documento. (Doc.3/2012). -----

Francisco Lima (PSD) – Após cumprimentar todo o plenário, solicitou ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre o sistema de água e sobre a hipótese de criação da empresa intermunicipal.-----

Roleira Marinho (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço a disponibilidade do espaço, felicitando-o pelas acolhedoras instalações. -----

---Solicitou alguns pedidos de informação ao senhor Presidente, sobre declarações prestadas no relatório de atividades, destacando o reconhecimento do Governo pelos resultados positivos da CIM Alto Minho e ao facto de ter sido escolhida como parceiro privilegiado em experiências piloto, desde logo, na preparação de reforço das competências provenientes da Administração Central e no processo da reforma administrativa, questionando o senhor Presidente sobre quais as propostas que a CIM apresentou, dentro deste quadro de relacionamento institucional, quais as aceites e as rejeitadas. Pela análise da quinta prioridade do relatório apresentado, não se consegue descortinar quais as medidas concretas que eventualmente terão avançado.-----

--- Tendo também a CIM Alto Minho beneficiado da bolsa de mérito para investimentos, questionou sobre as obras que foram executadas, qual a respetiva taxa de execução e se existem investimentos em lista de espera.-----

--- Reforçou o pedido de informação, de acordo com o que acabou de ser referido pelo seu companheiro, relativamente ao dossier das águas, após a situação apresentada em Paredes de Coura e também da última informação prestada por escrito na Assembleia Intermunicipal realizada em Arcos de Valdevez, face ao desenvolvimento do processo de constituição de empresas municipais e intermunicipais. -----

--- Quanto às intervenções prestadas, referiu que, não têm nada a opor à recomendação que a CIM Alto Minho, eventualmente possa assumir sobre as portagens nas SCUT's, salientando cautela neste tipo de apreciações.-----

--- Sugeriu a suspensão dos trabalhos, por cinco minutos, para que o grupo do PSD pudesse fazer uma reflexão sobre o assunto da proposta apresentada para votação.-----

Luís Louro (CDU) - Após cumprimentar todo o plenário, referiu que em relação ao assunto das SCUT's tem estado empenhado na luta contra a implementação das portagens, lamentando que



tenha sido o Partido Socialista, em sua opinião, que as quis implementar, indo contra todas as suas promessas eleitorais no mandato anterior. Acrescentou que, não pode deixar de lamentar que seja o próprio Partido Socialista a vir à Assembleia referir que a implementação de portagens causou prejuízos ao Alto Minho, depois de ter sido alertado inúmeras vezes, pelas Comissões de Luta contra as portagens e pelos Autarcas do Distrito do que iria acontecer.-----

--- Citou também que, compreende que muitas vezes têm que intervir, manifestando uma posição, mas com alguma cautela, sugerindo uma alteração, à proposta do PS, em relação às portagens da A28 já implementadas, criticando a posição do PSD em relação à recomendação uma vez que foi o partido que as implementou. Considerou que a alteração da proposta, para não haver implementação de portagens na A27 e no que resta da A28, seria mais correto, pois ainda se estará a tempo de tentar travar essa implementação de portagens. -----

--- Sobre a questão dos tribunais e do mapa judiciário, manifestou a sua opinião, referindo que o mapa judiciário da forma que está delineado não estará bem, pois não satisfaz as necessidades das populações e que todos têm a convicção que a justiça deve ser uma justiça de proximidade, para que as pessoas sintam que é feita a justiça que elas precisam. -----

--- Assim, sugeriu uma alteração, em vez do envio de um requerimento, poderia a CIM solicitar uma reunião com a senhora Ministra da Justiça onde exponha de uma forma clara, com a colaboração das Delegações da Ordem dos Advogados de Melgaço, de Paredes de Coura e de outros municípios que se queiram associar, porque é que este mapa judiciário não satisfaz as necessidades de Paredes de Coura e de Melgaço.-----

--- Em relação ao que foi exposto pelo PSD, referiu que não pode concordar com o que foi apresentado, de que não há reflexos no tecido económico, pois estes são evidentes, em Viana do Castelo. Mais a Norte, poderá não ser tão sentido, pois continuam a beneficiar da A23 e das inúmeras pontes que existem no Rio Minho e que permitem ligação com Espanha, mas, sendo uma realidade bastante diferente em relação a Viana do Castelo. Acrescentou que, existe um decréscimo bastante acentuado no tecido económico em Viana do Castelo provocando muitas insolvências. -----

--- Comunicou à Mesa, a necessidade de aprovação, pela Assembleia, da retificação da ata pois só o órgão que a aprovou é que poderá aprovar a sua retificação. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia interrogou o Partido Socialista, no sentido de saber se foi entregue cópia da moção aos restantes membros e uma vez que estes ainda não tinham cópia, o senhor Presidente solicitou cópias e passou novamente à sua leitura.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia suspendeu a sessão por um período de 5 minutos. -----

--- Após o período de suspensão, o senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da Moção apresentada pelo Partido Socialista. -----

--- Inscreveram-se os membros Maria Emília Cerqueira e Carlos Sousa. -----



Maria Emília Cerqueira (PSD) – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, relativamente à reorganização judiciária, o Grupo do PSD, se houvesse disponibilidade por parte do PS, nomeadamente do autor da Moção, em alterar a proposta, nos termos propostos pelo colega Luís Louro, o PSD, nos termos sugeridos, associar-se-ia à recomendação. -----

Rui Solheiro (PS) – Após manifestar a sua grande satisfação por ter recebido a Assembleia, esclareceu que do seu ponto de vista, a proposta do membro Luís Louro poderá não ser muito oportuna, uma vez, que já haviam reunido com a Senhora Ministra da Justiça a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), e foram apresentadas as razões dos 47 Municípios, que são muito semelhantes. Nessa base a Senhora Ministra assumiu um compromisso de receber, com o seu chefe de Gabinete e o Diretor Geral também responsáveis pelo documento, os Municípios e, os próprios Municípios, apresentarem caso a caso, a argumentação para contradizer este processo.-----

--- Acrescentando que, essa parte também foi concluída e que ainda faz parte do compromisso da Senhora Ministra da Justiça receber agora os quarenta e sete Presidentes de Câmara dos Municípios, onde está previsto encerrar os tribunais. -----

--- Comunicou que, entretanto, os quarenta e sete Municípios tiveram uma reunião com o Bastonário da Ordem dos Advogados, onde aprovaram Moções e também fizeram algumas diligências, junto da Senhora Presidente da Assembleia da República. Foi solicitada, também, uma audiência ao Senhor Presidente da República, que será concedida em data por ele a designar, para a ANMP e a Ordem dos Advogados, em audiências separadas. Foi pedida ainda uma audiência ao Senhor Primeiro Ministro, que encaminhou o assunto para a Senhora Ministra da Justiça, ou seja, estão previstas várias reuniões que envolvem estas entidades e a Senhora Ministra da Justiça.-----

--- Informou que a Senhora Presidente da República, sugeriu que fosse solicitado aos Grupos Parlamentares, sendo ouvidas as Comissões da Especialidade da Assembleia da República, para intervirem quando este tema for a debate. Pensa que está a ser feito tudo o que é possível, achando por bem não individualizar os casos previstos nos municípios abrangidos por esta CIM e utilizar a CIM para a marcação de mais uma reunião. -----

Luís Louro (CDU) – Referiu que, esta luta é efémera como todas as lutas em Portugal, questionando sobre a representação dos quarenta e sete Municípios e não apenas dos dez Municípios que compõem a CIM uma vez que é um problema que afeta todo o Distrito e não apenas o Município de Melgaço e de Paredes de Coura. Não põe em causa as reuniões efetuadas, mas no País existem trezentos e quarenta e quatro Municípios e não apenas quarenta e sete, referindo que a ANMP fez uma exposição genérica e não uma exposição detalhada. Defende que neste caso, deveriam ser representados pela CIM do Alto Minho, entendendo não fazer sentido outra forma.-----



Maria Emília Cerqueira (PSD) – Referiu que, depois da intervenção do membro Luís Louro, era necessário reforçar a Moção sobre o encerramento dos tribunais, não se prendendo apenas com duas Comarcas mas sim com as dez, porque também se fala da passagem de todos os processos ordinários mais importantes, dos chamados Coletivos e de Círculo, para Viana do Castelo, e assim serão afetados os dez Concelhos.-----

Quando se discute o mapa judiciário, não se discute apenas Melgaço e Paredes de Coura, sendo mais abrangente, implicando uma alteração radical a toda a forma de administração da justiça nos nove Concelhos, exceto Viana do Castelo, que só terá a ganhar com a situação, sendo os outros Concelhos afetados de uma forma inexplorável com esta reforma.-----

--- Propõe uma alteração à proposta apresentada, no sentido, da realização de uma reunião sobre o assunto "justiça" e não apenas com o encerramento dos tribunais.-----

Rui Solheiro (PS) – Sublinha que, apenas tinha referido a necessidade de alterar a Moção pois não se justificaria uma reunião para expor o caso do encerramento de apenas dois tribunais, uma vez que a ANMP em nome de todos e, de cada um individualmente já defendeu esta causa.-----

Acrescentou que desconhece trabalho aprofundado da Ordem de Advogados da região sobre a reorganização da justiça, sugerindo a apresentação, à CIM, de elementos do trabalho que tenham já realizado, uma vez que são aliados no processo e assim seria possível trabalhar em conjunto. -----

Luís Louro (CDU) – Referiu não ser sua intenção causar nenhum constrangimento, e que de uma forma mais airosa se poderia arranjar uma solução, que passaria, pelo assumir a liderança do processo não o Conselho Executivo mas sim a própria Assembleia Intermunicipal. Acrescentando que o que disse sobre a Ordem dos Advogados, é que já se realizaram, a nível distrital, algumas reuniões, com informação posteriormente enviada ao Conselho Distrital do Porto.-----

Sublinhando que esta matéria tem a ver com toda a reorganização judiciária do Distrito, sendo em sua opinião, este o primeiro passo para daqui a quatro ou cinco anos serem esvaziadas ainda mais Comarcas, porque a tendência será de centralizar tudo em Viana do Castelo. -----

Rui Solheiro (PS) - Referiu que, sobre a representação da CIM, existem regras e que há quem represente a instituição e, estarão sempre em sua representação. -----

Carlos Sousa (PS) – Pretendendo fazer um ponto de ordem, em primeiro lugar agradeceu a apreciação feita pelo membro Luís Louro, exprimindo a sua concordância, repetindo os pontos da Moção dos quais passou à sua leitura. Mencionou, não se tratar de uma recomendação qualquer, mas sim de uma Moção, uma tomada de posição da Assembleia. Acrescentou que, se a Senhora Ministra aceita ou não a ela o compete, sendo em sua opinião, que deveria respeitar e aceitar como uma colaboração.-----



--- Relativamente ao assunto das reuniões, acrescentou que a ANMP já reuniu com a Senhora Ministra ou com o senhor Secretário de Estado, e que as pessoas que participaram nas reuniões foram acompanhadas de um estudo, elaborado de forma clara, não sendo necessário repetir o assunto, porque esta Moção, já expressa aquilo que é a vontade da Assembleia, pelo menos o que o Grupo do PS considera, aguardando pela reação do Grupo do PSD .-----

Maria Emília Cerqueira (PSD) – Conclui, que pelo exposto, compreende, que não irá haver nenhuma alteração ao texto, considerando, em sua opinião, que poderá não ser bom, pois neste momento estão em negociação para ver quais são os termos exatos, uma vez que ainda tudo está a ser discutido. Acrescentou que, tem que haver memória, que a reorganização do mapa judiciário não começou agora, e na altura pretendia-se reduzir muitas mais Comarcas.-----

Quanto à alteração, e seja uma reunião para essa questão, terá a solidariedade do grupo do PSD. Se for para repudiar numa fase de negociação, numa fase embrionária o grupo do PSD votará contra, porque julga ser extemporâneo, sendo que, se houver a disponibilidade em alterar nos termos atrás propostos estarão dispostos para votar favoravelmente a Moção. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da Moção, a qual foi aprovada com 19 votos a favor, 15 votos contra e 6 abstenções. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia solicitou à Assembleia a votação da retificação da ata proposta da reunião extraordinária realizada no dia vinte de Maio de 2011 em Paredes de Coura, a qual passou à leitura do último parágrafo. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Todavia não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação que foi aprovada com 36 votos a favor, 0 contra e 4 abstenções. (Doc. 4/2012) -----

--- O membro Luís Louro fez uma declaração de voto, justificando que a sua abstenção se prende com o facto de não ter estado presente nessa reunião da Assembleia. -----

José Nogueira (PS) - Referiu que pesar de ter votado favoravelmente a retificação da ata, entende que a Mesa deve ter conhecimento dos membros que estão presentes e da regularidade das substituições, pois noutra situação semelhante votará desfavoravelmente e relativamente à mesa, não louvará o seu trabalho. -----

Décio Guerreiro (PSD) – Informa que a sua declaração de voto não era sobre a ata, mas sim relativamente ao ponto anterior. -----

Acrescentou ainda estar solidário com as lutas de Melgaço e de Paredes de Coura, uma vez que se têm desenvolvido ações para que os seus tribunais não encerrem, no entanto, depois de ouvir o Presidente, Rui Solheiro e depois de o ter convencido que não era oportuna esta Moção optou por votar contra. Citou também, que votou favoravelmente a uma Moção idêntica no seu Concelho, estando solidário com a luta, mas pelo que entendeu a luta é dos dez Concelhos e não apenas dos dois em causa. -----



--- O senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando de imediato ao Período da Ordem do Dia. -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 – Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo (ponto 3, art.º 29 do Regimento). -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

--- O senhor Presidente do Conselho Executivo começou por referir que, o membro da Assembleia, Fernando Lima questionou sobre a veracidade do Presidente da ANMP (Senhor Fernando Ruas) de poder impugnar a lei dos compromissos, tendo esclarecido que de fato a conhecida Lei dos Compromissos virá paralisar a atividade dos Municípios Portugueses e que julga não haver grandes dúvidas. Adiantando que há um artigo da lei que prevê que, através de decreto regulamentar, seja possível adaptar esta lei à atividade das autarquias. Informou que o que a Associação está a fazer, tendo escolhido para o efeito vários diretores de serviços, para assessorarem a Associação nessa negociação com o Ministério das Finanças, é a realização de reuniões com o Senhor Secretário de Estado do Orçamento para tentar amenizar os efeitos desta lei na gestão autárquica.-----

Acrescentou que, esta situação se arrasta há algum tempo, que o decreto regulamentar foi anunciado que iria anteriormente ao Conselho de Ministros, sendo por várias vezes adiado. Pensa que irá a Conselho de Ministros na semana seguinte, desconhecendo-se no entanto o conteúdo final; o resultado das negociações entre os técnicos que representaram a Associação e o Governo. Só irá a Conselho de Ministros depois do Ministro das Finanças transmitir o seu parecer. Citou que, houve um trabalho contínuo com o Secretário de Estado do Orçamento, mas que a decisão final nesta matéria será do Ministro das Finanças, esclarecendo também que, neste compasso de espera a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tem estado um pouco expectante. Em opinião generalizada é que mesmo com o decreto regulamentar serão criados enormes problemas à gestão dos Municípios, tendo inicialmente a ANMP se manifestado contra a Lei dos Compromissos, estando agora, a tentar dar o seu contributo para amenizar o decreto regulamentar. O decreto regulamentar, naturalmente não vai ultrapassar a lei e será sempre um colete-de-forças à gestão dos Municípios como é de outros setores da administração pública, como a área da saúde. O senhor Presidente, informou ainda, que esta agendada para a terça-feira seguinte uma reunião do Conselho Executivo e que, mais uma vez, se irão debruçar e tomar uma posição coletiva sobre esta matéria, nunca a favor mas sim obrigatoriamente contra.-----

Relativamente à questão da água, referiu que, depois da decisão do Governo em suspender a criação de novas empresas municipais, a CIM com a colaboração da assessoria técnica,



debruçou-se sobre o assunto, embora a opção seja política, não pretende pedir autorização ao Governo para criar uma empresa municipal, mas que se caminhar neste sentido, avançará para Serviços Intermunicipalizados da área do ambiente, com o mesmo objetivo e gerindo a dez o abastecimento de água e saneamento básico de todo o Alto Minho.-----

Informou sobre a alteração da composição do Conselho de Administração das Águas de Portugal. Da reunião, em Setembro/Outubro do ano anterior, com a Senhora Ministra do Ambiente onde apresentaram um conjunto de questões, relacionados com os serviços da Empresa Águas do Noroeste da região, com os contratos que existiam em 2000, com o que agora surgiu para 2010; com a alteração de tempos de exploração; com coberturas que não foram feitas e estavam previstas a 100% e, que, em alguns casos nem chegaram a 50%, sendo nos mínimos que querem debitar Município a Município, problemas de infiltrações de água no saneamento e que estão a ser pagas no tratamento, ou seja, um conjunto de problemas tão comuns aos dez Municípios.-----

A CIM fez um levantamento de todos os problemas e apresentou à senhora Ministra do Ambiente, tendo a CIM reunido com a nova administração das Águas para tratarem deste conjunto de questões, tendo ficado decidido que os problemas comuns aos dez municípios serão agora negociados de uma forma mais técnica, e em que a Comunidade Intermunicipal estará representada pelo seu Secretário Executivo, Eng.º Júlio Pereira acompanhado pelo Professor Poças Martins e também pelo Jurista que presta assessoria à CIM. Procurando assim, um acordo em relação a estas matérias que a CIM considera indispensáveis e eventualmente poderem ser assinados novos contratos, pois ainda nenhum Município assinou. É uma fase que está agora a iniciar-se e que se julga ser rápida, que os interesses das Águas do Noroeste evoluirão para umas Águas do Norte, com o objetivo de ganhar dimensão, fazer dividir a tarifa, pois se estivessem sozinhos as tarifas iriam ser muito mais elevadas, ou se estivessem associados, eventualmente com a Área Metropolitana do Porto. Referiu que, por enquanto aderiram 14 Municípios e a explicação da Direção das Águas de Portugal foi de que a adesão vai ser progressiva, de acordo com a adesão dos Municípios. Acrescentou que, solicitam em simultâneo com os 14 Municípios aderentes, e partindo da hipótese da CIM vir a aderir, quais as tarifas que as Águas de Portugal, através da empresa do Noroeste ou do Norte poderiam praticar para os Município da região. A CIM tem o estudo praticamente concluído para a Empresa Intermunicipal, neste caso para os eventuais, Serviços Intermunicipalizados, que apontam para determinados números de tarifas médias de água e saneamento na ordem dos 2,2 euros por metro cúbico. Aguardando agora a CIM o preço que propõem para o fornecimento de água e os custos em termos de saneamento, para depois de uma análise de especificidades de município a município se concluir ou não por um acordo, sendo no entanto necessário conhecer todos os dados para a decisão final sobre a criação ou não dos Serviços Intermunicipalizados ou



se valerá a pena fazer o acordo com as Águas de Portugal, no sentido de serem eles próprios a fazerem a exploração, existindo mais um dado que na altura será analisado, sobre a gestão do fornecimento de água e saneamento em baixa ser entregue à iniciativa privada, não sabendo, neste momento, a CIM em que condições é que vai ser entregue, como serão asseguradas as tarifas, como de defenderão os direitos dos consumidores do Alto Minho numa situação destas de privatização da gestão, porque o Governo resolveu não privatizar a água, mas privatizar a gestão em baixa. Para concluir, referiu ser necessário este conjunto de elementos para o Conselho Executivo poder apresentar propostas à Assembleia Intermunicipal, julgando ser um processo rápido no que respeita à recolha destes dados, porque as próprias Águas de Portugal têm interesse em o resolver, para venderem o produto e receberem o resultado dessa venda. Existindo nesta fase de transição Municípios que ainda não têm água fornecida pelas Águas do Noroeste, outros que estão a fazer pressão, enquanto estas questões não tiverem definidas, e portanto, só se avançará para o fornecimento em alta, e esse terá sempre que ser feito pelas Águas do Noroeste, porque os Municípios são sócios desta empresa, mas que a questão da baixa está apenas no lado da CIM. Será a CIM a gerir, existindo uma panóplia enorme de saídas que terão que ser analisadas, embora em sua opinião, quer o Conselho Executivo, quer a Assembleia Intermunicipal têm um só objetivo - prestar um bom serviço às populações e ao mais baixo preço. -----

Relativamente à questão da bolsa de mérito, referiu que, foram aprovados cerca de 32 milhões de euros de investimentos de grande dimensão, desde logo, o Coliseu de Viana do Castelo com a aprovação de 13 milhões de euros, a Escola Superior de Desporto e Lazer de Melgaço com 4,6 milhões de euros, Saneamento Básico com 12 milhões de euros e o Centro Educativo de Ponte de Lima com 2,5 milhões de euros, estando em lista de espera um conjunto de investimentos, entre eles a Centro de Inovação Empresarial Logística - Escola Superior de Valença com um montante 8,34 milhões de euros de candidatura. -----

Citou que, estão as áreas de acolhimento empresarial de Alvarães, Lanheses e Formariz com 3,88 milhões de euros de volume investido, a construção da Escola EB1 Frei Bartolomeu dos Mártires em Viana do Castelo, a requalificação Escola Básica do 1º Ciclo de Paredes de Coura de 1,56 milhões de euros, equipamentos na área da coesão local, referindo a reabilitação do edifício "Vila Rosa" em Viana do Castelo, remodelação do edifício da Escola do Viso em Caminha, com 1,05 milhões de euros, estudos em Redes e Sistema de Transportes em 63 mil euros, Promoção e Capacitação Institucional da CIM 1,5 milhões de euros, reforço de potencial endógeno local de 20 anos de festival Paredes de Coura, Centro de Interpretação e Promoção do Vinho Verde em Ponte de Lima, Loja Rural de Paredes de Coura, estudo do impacto socioeconómico e ambiental das Festa d'Agonia de Viana do Castelo, ou seja, numa variedade de animação da região, de 1.729 milhões de euros. Esclareceu que as que estão em lista de



espera são, candidaturas que estavam na autoridade de gestão regional, para serem aprovadas, algumas com meses, como a Escola Superior de Valença, em que a obra está a decorrer, mas com a decisão do Conselho de Ministros de primeiro reavaliar o QREN, tudo que sejam investimentos com mais de 6 meses sem execução física e financeira, farão cair essas candidaturas, assim como os investimentos que tenham uma execução inferior a 10%, tendo ficado suspensas as aprovações, por 30 dias, para as candidaturas que estavam para aprovação, tendo já sido ultrapassado esse período e as candidaturas ainda não foram reabertas.-----

Acrescentou que o argumento da autoridade de gestão é de que estão a reavaliar a situação numa análise processo a processo, porque entretanto também foi regulamentado, para excepcionar estes projetos. Por sua vez o Senhor Secretário de Estado da Economia e Desenvolvimento Regional fará uma análise de acordo com a argumentação, sendo que se o Senhor Secretário de Estado concordar irá para uma Comissão específica, recentemente criada e presidida pelo Ministro das Finanças, que se, também, concordar enviará para Conselho de Ministros, ou seja, o excepcionar deste conjunto de investimentos que caíram é extremamente complicado e envolto em bastante burocracia.-----

Acrescentou que na região, têm apenas este lote de quase 20 milhões de euros, para serem aprovados, pois não existe nenhuma razão para não serem da opinião da CIM, pois são entre os 55 milhões de euros que a CIM consegue ir buscar à bolsa de mérito que diz respeito a um aumento de mais de 70% em relação aquilo que era a base inicial da contratualização para o Alto Minho.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia, solicitou um pedido de desculpa à Assembleia em particular à membro Ana Novo, da bancada do PS, pois o intervalo feito a pedido do PSD fê-lo esquecer a recomendação que a membro Ana Novo tinha entregue sobre as SCUT's, da qual passou à leitura do último parágrafo.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão da recomendação, não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada com 22 votos a favor, 0 contra e 18 abstenções.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Luís Louro para fazer uma declaração de voto.-----

Luís Louro (CDU) - Referiu que, esteve nesta votação, não porque não reconheça que efetivamente a implementação de portagens é manifestamente gravosa para o Alto Minho e para todas as regiões afetadas, mas pela sua origem-----

Roleira Marinho – Referiu que o documento não foi distribuído e que gostaria que o concedessem para registo próprio.-----

2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2011.



--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto.-----

--- O senhor Presidente começou por referir que, os membros que estiveram na última reunião para aprovação do plano de atividades e orçamento para este ano, a maior parte dos dados em termos políticos e da evolução do ano passado é de alguma forma repetitiva. Relativamente à Execução do Plano Territorial de Desenvolvimento da Contratualização e da capacidade de execução do que estava contabilizado em 2007/2010 a CIM tem, neste momento, executados 94% do que estava contratualizado enquanto a média nacional ronda os 61%. Acrescentou que, a CIM foi, desde o início do programa, o melhor executor e mantém este posicionamento, aguardando-se o novo modelo de gestão dos fundos a nível regional, com uma bolsa comum para toda a região e se o fato de continuar a ser o melhor executor a beneficia. Mencionou que, cerca de 137 milhões de euros é o investimento global já mobilizados para o Alto Minho no período até 31 de Dezembro de 2011, no PTD com cerca de 117 milhões de euros, no Minho In 6,4 milhões de euros, no GAC Litoral Norte cerca de 4,6 milhões de euros e no Centro do Mar 9,3 milhões de euros, acrescentando a isto mais um conjunto de ações em que a CIM é chefe de fila ou de candidatura, cujos beneficiários são todos ou alguns dos Municípios aderentes, em que também a CIM, elabora este trabalho para os seus associados, abrangendo candidaturas como Ilumina Alto Minho, Ecominho, Ecorredesaneosol, Gerês-Xurês, etc., num montante de cerca de 10 milhões de euros.-----

Referiu que se está a falar em cerca de 157 milhões de euros de investimento na região, nas mais diversas áreas, com alguns números que são significativos e que vale a pena sublinhar, como o caso de se terem construído 23 Centros Escolares no Alto Minho, fizeram-se 182,6 Km em Rede de Abastecimento de Água que serviu cerca de 40 mil habitantes, 135,1 Km em Rede de Drenagem de Águas Residuais que serviu também cerca de 40 mil habitantes, fizeram-se 135,7 Km de Estradas Municipais, isto só para dar ideia de algumas áreas e da dimensão desses investimentos.-----

Em sua opinião concluiu, que a definição de uma estratégia comum para a contratualização foi muito benéfica para a CIM Alto Minho com a execução de 75% do contratualizado até ao fim do ano de 2010, tendo antecipado o prazo de execução, o que lhe permitiu o acesso à bolsa de mérito, tendo sido a única CIM a nível da região norte a atingir este ponto o que levou a grande contestação em toda a região e até a nível nacional.-----

Acrescentou que, no PTD foram lançados 17 avisos cobrindo praticamente todas as tipologias de operações elegíveis dos 5 eixos prioritários, 61 operações aprovadas e contratadas num volume de investimento de 84,6 milhões de euros com uma dotação FEDER total de 67,5 milhões de euros com uma média de cofinanciamento de 79,7%. Informou que houve financiamentos muito inferiores a 70%, que passaram para 80% em 2010 e ainda para 85% em



2011. Informou que está previsto, nos regulamentos, entretanto aprovados, que para o próximo ano continuem os 85% tendo até indicações que o próximo programa comunitário 2014/2020 partirá de 85% para cima, ou seja, o mínimo de financiamento será os 85%, dada a crise de alguns países e, o esforço nacional ser mais reduzido. -----

No PROVERE Minho, referiu que, todas as candidaturas do Minho IN, todos os projetos públicos foram apresentadas dentro dos prazos e também aprovados, em áreas como da Comissão de Vitivinicultura dos Vinhos Verdes, a promoção dos vinhos verdes, da rota dos vinhos, na área do artesanato, da gastronomia, na recuperação dos espaços termais, numa diversidade de áreas sendo este um tipo de programa direcionado para o desenvolvimento rural. Tendo sido as candidaturas de toda a região do Minho particularmente na área do turismo.-----

Sobre o investimento público quem está a gerir este programa, em conjunto com o Cávado e o Ave, é a CIM do Alto Minho e o resultado também é largamente positivo, sendo as ecovias do litoral norte projetos que estão em curso e a bom ritmo. A bolsa de mérito tem já 35 milhões de euros aprovados e a lista de espera de cerca de 20 milhões de euros, que aguarda, a curto prazo, possam vir a ser aprovados, ou seja, cerca de 55 milhões de euros de reforço da bolsa de mérito.-----

Sobre o plano estratégico para o Alto Minho 2020, em que se está a trabalhar com uma equipa que está assessorar, liderada pelo Professor Augusto Mateus, já se realizaram dois seminários e dois focus group que, atingindo-se assim o desejável, envolvendo toda a região na definição do seu plano estratégico, o que se pensa para o futuro, quais as áreas prioritárias que se devem escolher para o futuro desta região com o horizonte em 2020, e sabendo que com o novo quadro comunitário será também, em termos financeiros importante para garantir a execução, mobilizando não só os agentes da região do Alto Minho, mas também especialistas nas diversas áreas do País e da Galiza, envolvendo-os neste processo de discussão sobre o futuro, que está a resultar bem com uma forte participação da região. Ainda restando 15 meses para aprofundar o debate do plano para que todos os Alto Minhotos o sintam como seu e sintam a obrigação de o praticar.-----

Tendo como objetivo, não apenas, definir áreas consideradas prioritárias, mas chegar ao fim e ser possível identificar investimentos concretos nas diversas áreas e quantificar, inclusive, o custo desses investimentos, para que seja um instrumento poderoso para que nas negociações do próximo quadro comunitário o Alto Minho se mantenha numa situação privilegiada, envolvendo o público e o privado e que possa usufruir no próximo quadro de resultados positivos para a região.-----

Em termos de CIM Piloto, referiu que, foi selecionada a CIM Alto Minho juntamente com a de Aveiro para trabalharem em conjunto com o Governo, na hipótese de serem transferidas



competências da Administração Central para as CIM's, e também, na hipótese de passarem delegação de competências dos Municípios para a própria CIM.-----

Acrescentou que, a generalidade dos Municípios, entendeu não se tratar de passar competências dos Municípios para as CIM's, mas sim delegar algumas competências, como a água e saneamento básico, sendo um bom exemplo de que a dez se pode fazer melhor, em maior escala, não sendo necessário transferir competências por decreto-lei, bastando apenas que os Municípios se entendam e deleguem essas competências na sua Associação de Municípios.-----

Mencionou que, a CIM propôs ao Governo, na área dos transportes, principalmente nos transportes rodoviários, poder coordenar, decidir e criar redes de transportes em toda a região, não só municipal mas também supramunicipal, criando uma rede para o Alto Minho interligada com outros transportes, como o ferroviário. Tornar Viana do Castelo um centro de fluxo do distrito e canalizar para o Porto, sendo neste momento, esta área, alvo de estudo que sem grandes custos e pelo fato de conhecer bem a realidade, de estar mais próxima das necessidades das populações e dos próprios operadores da área, poder prestar um melhor serviço do que a administração central. -----

Verificou-se até ao momento recetividade, embora em relação a outros setores se estar à espera do relatório final que deverá estar concluído durante o presente mês, para se saber o que é considerado estar em condições de poder ser transferido.-----

Na área das florestas, também se realizou uma reunião, nas instalações da CIM em Ponte de Lima, com o atual Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Engº. Daniel Campelo, e que poderá haver condições para a CIM assumir algum papel na gestão das florestas no Alto Minho, que tem um enorme peso em termos de território, mas que tem faltado uma política séria de reflorestação e até de prevenção em relação aos incêndios, estando os Municípios quase como observadores pretendendo a CIM ser parte ativa para ajudar a resolver os problemas e que, naturalmente para assumir essas competências terão que haver meios financeiros para que a CIM possa atuar, contando também com o auxílio dos agentes privados que estão no terreno e que atuam nesta área da floresta assim como os baldios que tem também grande peso na região. -----

Mencionou que, as reuniões iniciaram-se com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, que coordena a equipa com o Senhor Secretário de Estado das Florestas e com o Senhor Secretário de Estado da Economia.-----

O Senhor Secretário de Estado da Economia em consenso com a CIM foi de opinião que se mantivesse a contratualização e gestão de fundo, até com o argumento que têm do passado, ou seja, terem a favor da CIM o QREN e que foi, para já, aceite, partindo do princípio de ser uma área a apostar, podendo a CIM funcionar também, como CIM Piloto, para o futuro em termos de



gestão de fundos comunitários, pretendendo que ainda funcione no QREN e que, não seja apenas, só uma programação para o próximo quadro 2014/2020. -----

Comunicou que se alargaram os contactos com o Governo, através do Secretário de Estado da Segurança Social e do Secretário de Estado da Educação, abordando mais a área do planeamento, estando prevista a transferência de património, já feita com 105 Municípios, a nível de ensino básico, segundo e terceiro ciclos e, em alguns casos até o secundário, com a transferência do pessoal não docente, a nível nacional e poder fazer-se em relação a todos os Municípios, mas que, naturalmente, com a discussão das condições, dos custos padrão, pois terão que ser criados preços padrão, por estado de conservação de edifício, etc., necessitando ser uma avaliação realista pois são despesas que se não pertencerem aos Municípios serão da administração central, necessitando as transferências de verbas serem acompanhadas de transferência de património.-----

Quanto às cartas educativas, citou que, a sugestão da CIM foi também aceite, aguardando o relatório final, embora tenha sido reconhecida como boa, que é o que já hoje existe a nível Municipal, passem para nível de Sub-região, neste caso NUT III, e também ser a CIM a planear as cartas educativas a nível sub-regional, dando-lhe uma escala supramunicipal, pois é uma área de planeamento em falta, pois a cima do nível municipal só a Administração Central, podendo recorrer às CIM's pelo menos nas NUT III, para elaborarem esse planeamento supra-municipal, o mesmo se dizendo em relação à área social, dotando as CIM's de uma visão mais global podendo ter um papel determinante.-----

Para terminar, referiu que, de qualquer forma, o compromisso que existe por parte do Governo, representado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local é que, até afinal do mês de Abril, a Senhora Diretora Geral da Administração Local, responsável pelo relatório, apresentará esse relatório, na sequência do resultado de todas as reuniões, identificando quais as áreas que consideraram mais consensual entre as duas CIM'S piloto e os representantes do Governo, que podem ser transferidas e em que condições poderão ser feitas, ou seja, o relatório é fundamental para saberem se valeu a pena ter tido todo este trabalho. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Dr. Miguel Matos para fazer uma pequena abordagem no que concerne à parte financeira. -----

Miguel Matos – Após cumprimentar todos os presentes, passou à apresentação das contas da CIM Alto Minho de uma forma muito breve. Mencionou que, tinham um orçamento previsto de cerca de 4 milhões de euros, houve um crescimento sustentado da atividade, com um volume receita e despesas de cerca 2 milhões de euros, atividade praticamente sustentada em despesas corrente resultado da gestão de equipas de gestão de fundos comunitários (PTD; PROMAR; MINHO IN) e projetos de cariz imaterial. Referiu que, a CIM Alto Minho, demonstra também a preocupação numa gestão financeira da contida e que tem gerado resultados nestes 3



anos de atividade. Citou que, como já tinha sido frisado pelo senhor Presidente do Conselho Executivo, a CIM tem uma despesa geral de 2 milhões de euros, que permitiram catapultar o investimento de cerca de 157 milhões de euros, ou de outra forma, que as participações de 400 mil euros de quotas municipais criaram investimentos na região de aproximadamente 157 milhões de euros. Mencionou que, que a generalidade dos rácios de gestão tem uma evolução positiva, bem como os resultados líquidos da atividade. Referiu que, a execução orçamental é ligeiramente inferior, pelos constrangimentos, na atividade de gestão de programas comunitários, que apesar de terem vindo a diminuir, ainda são alguns. Uma Comunidade Intermunicipal não se forma com capital social, forma-se com zero, pelo que se demonstra estar a criar valor, embora ainda com alguns constrangimentos de liquidez. O ano de 2011, depois de 2 anos a tentar consolidar a atividade das duas associações e já com projetos próprios, permitiu também reforçar os indicadores da CIM e os níveis de liquidez, embora ainda com alguma dificuldade, mas realizando-se uma execução orçamental incluindo compromissos de 70%. Mencionou que, a evolução em termos de resultados também tem sido positiva, pela primeira vez os resultados operacionais foram positivos em 80 mil euros e um resultado final de 176 mil euros, valores que se esperam manter, tendo muito deste resultado sido potenciados pelo QREN. Citou que o QREN tem as suas instabilidades, tal como o senhor Presidente havia referido, que neste momento as candidaturas encontram-se suspensas, esperando-se contudo que não venham a interferir na atividade interna da CIM. Estas entidades estão sempre bastante sujeitas às vulnerabilidades do QREN, espera-se que 2012 e 2013 sejam anos, ainda de alguma estabilidade, pois têm a certeza que com a mudança de quadro comunitário em 2014, certamente haverá alguma dificuldade na gestão interna da atividade. Destacou que, a evolução das receitas tem sido uma constante desde a criação da CIM, consequência de uma maior estabilidade e consolidação da sua atividade, mais de 52% derivam do desenvolvimento de projetos com cofinanciamento comunitário. Citou que, em termos absolutos e percentuais os fundos comunitários foram aqueles que mais subiram, com a consequente possibilidade de diminuição das prestações municipais, fruto do incremento da atividade sustentada em projetos com cofinanciamento comunitário. Ao nível da despesa houve uma redução da estrutura de custos e um aumento de atividade de projetos, o que permitiu ter uma estrutura fixa, custos de pessoal, custos de manutenção mais leves, as despesas de pessoal passam de 64% em 2009 para 33% em 2011. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto. -----

--- Inscreveram-se os Membros Abel Lopes, Roleira Marinho e Fernando Lima. -----

Abel Lopes (CDS) – Questionou se as receitas que os Municípios obtiveram baixaram em relação aos anos anteriores, e qual a razão dessa diminuição. -----

Roleira Marinho (PSD) – Referiu que, o PSD regista o bom aproveitamento dos meios bem



expressos no relatório apresentado, no exemplar desempenho económico e financeiro, com base numa articulação bem estruturada entre os parceiros, desde logo, entre os Municípios, mas também com os outros intervenientes, o poder regional (CCDRN) e o poder central (o Governo). Citou que o caminho traçado tem sido seguido sem grandes sobressaltos, esperando que possam continuar, trabalhando em conjunto e tomando todo este espaço, como sendo espaço de todos e de cada um, pois só assim poderá haver progressos, desenvolvimento seguro e equilibrado. Adianta que não têm reparos de nenhuma ordem a fazer às contas, entendem que o processo está devidamente informado e nestas circunstâncias votarão favoravelmente os documentos apresentados. -----

Fernando Lima (PS) – Começou por felicitar o Presidente do Conselho Executivo pela excelente explanação com que traçou a sua intervenção: um quadro positivo, com alguma coragem para o futuro, atendendo às dificuldades que estão inerentes. Felicitou também, o Dr. Miguel Matos, pela sua exposição bellissima, num ponto de vista mais técnico e mais específico, mas que efetivamente demonstra que a CIM tem uma boa condição financeira. Referiu que, em nome da bancada do PS, saudava o executivo da CIM pela excelente e riquíssima apresentação sobre o relatório de gestão e o balanço de resultados, contendo os mapas de execução orçamental. Acrescentou que, não se iria centrar numa análise ética e analista nas diversas vertentes, compreende os diversos mapas do controlo orçamental, bem como dos componentes que derivam das demonstrações financeiras, por vezes complexas e que derivam das atuais normativas contabilísticas, cada vez mais exigentes plasmadas no Decreto-lei 102/99. Mencionou ainda que, face à análise exaustiva de toda a documentação apresentada, melhor seria impossível de realizar, face aos diversos condicionalismos que advém da atual governação e do fantasma permanente do memorando de entendimento. Da análise global dos documentos fica, desde logo, patenteada a ideia de que houve a preocupação permanente, ao longo do ano de 2011, em estabelecer prioridades de execução com os 10 Municípios, parceiros de execução. Citou também que, numa Comunidade Intermunicipal existem 137 milhões de euros de investimentos no Plano Territorial de Desenvolvimento, no Minho-In, no GAC Litoral Norte e no programa de Ação de Centro de Mar, referindo que, todos os autarcas Alto Minhotos devem estar orgulhosos e com alguma vaidade, pelos objetivos alcançados, tiveram pelo menos, o mérito do Governo Central, ter depositado toda a confiança plausível nas diversas áreas de execução e ter selecionado esta Comunidade como uma, das duas, de experiências piloto, de reforço de competências provenientes da atual reforma da administração local. Não podendo deixar de patentear, na análise crítica deste relatório, ao focalizar as metas que foram atingidas na gestão do plano alto, o considerável volume de projetos sob gestão da CIM Alto Minho. Referiu, ser importante, dar testemunho nesta Assembleia do significativo montante de 32 milhões de euros resultantes da bolsa de mérito de execução municipal, aludindo, que este tipo



de execução vai trazer no futuro excelentes resultados, no âmbito da requalificação para descolar no ciclo urbano da água e nos equipamentos públicos, nas suas mais diversas especificidades. Nesse contexto gostaria também, de salientar outro grande esforço, no que respeita à institucionalidade do Alto Minho, foi notório ao longo do ano o esforço titânico com todos os atores regionais e locais se empenharam na implementação das políticas de desenvolvimento económico e social. Neste âmbito terão que fazer um verdadeiro enquadramento de um plano de ação que considera essencial, tratando-se da estratégia Alto Minho 2020, um desafio verdadeiramente impar, nos pressupostos que foram idealizados para o efeito, este desafio assenta fundamentalmente nas linhas orientadoras e de intervenção para a próxima década, e que permitam de uma forma cabal todas as iniciativas programáticas para o espaço temporal 2014/2020. Paralelamente a estes desafios, frisou que, existe outra grande capacidade patenteada neste relatório e que se prende com a grande capacidade institucional da CIM Alto Minho, as candidaturas apresentadas e relacionadas com a monitorização e gestão dos consumos de energia elétrica no sector residencial, a racionalização dos sistemas de distribuição em baixa de água e saneamento, o alinhamento e mobilização estratégica para o Alto Minho, promoção e comunicação do Centro de Mar, Ilumina Alto Minho, CRIARTE, Alto Minho, são a prova cabal que estão a trilhar o caminho certo. Para termina salientou, primeiramente, o esforço do executivo na melhoria dos serviços coletivos de proximidade nas regiões de fronteira, procurando definir critérios importantes nos graus de ajustamento entre a oferta e a procura, da gama de serviços públicos dos diversos sectores; em segundo, o importante programa de desenvolvimento sustentável das zonas de pesca que irá permitir o desenvolvimento de projetos para ajudar a sustentabilidade das zonas e comunidades piscatórias, nomeadamente, em Vila Nova de Cerveira, Caminha e Viana do Castelo. Finalizou, referindo que, no âmbito financeiro de execução orçamental situou-se nos 48%, tendo sido um ano de afirmação em termos de candidaturas e a nível da despesa cresceu a 21% num ritmo sustentado, no que diz respeito ao ano de 2010 e com uma redução significativa na estrutura de funcionamento e nas aquisições de serviços, as contas na demonstração de resultados apresenta uma liquidez positiva de 176 mil euros contribuindo para esse fato contabilístico o montante global de custos na ordem dos 1.728 mil euros e no montante global de proveitos na ordem dos 1.904 mil euros, em suma e em face, do que foi dito o Partido da Bancada do PS vai votar favoravelmente o Relatório e Gestão de Contas do Exercício de 2011, bem como as respetivas contas. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

O senhor Presidente do Conselho Executivo, tomando a palavra, referiu que, houve um reforço significativo de Fundos Comunitários para ajudar ao funcionamento da CIM, foi possível alocar



muito pessoal aos diversos programas comunitários, o que permitiu diminuir o esforço financeiro dos Municípios, não que os Municípios passassem a transferir menos, mas porque não é necessário transferir tanto, porque conseguiu-se que esta despesa fosse coberta por fundos comunitários. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia passou à votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2011, que foi aprovado com 37 votos a favor, 0 contra e 1 abstenção.(Doc. 5/2012) -----

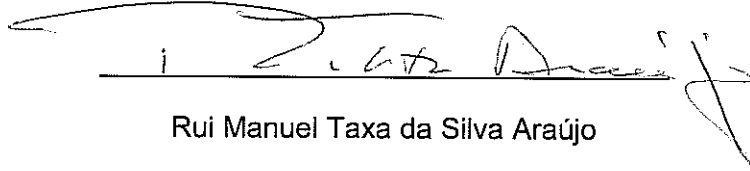
--- Sendo presente a deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente passou à leitura do documento, que foi aprovada por unanimidade. (Doc. 6/2012) -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

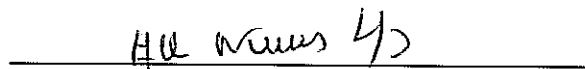
---O senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e encerrou, pelas vinte horas e vinte e cinco minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

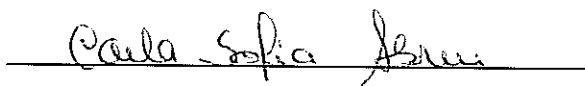
O Presidente da Assembleia

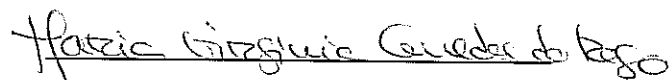

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

O Vice-Presidente da Assembleia


Abel Nunes Lopes

A Secretária da Assembleia


Carla Sofia de Abreu


Maria Virgínia Guedes do Rego